



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA N.º 3/2001

Acta da Reunião Extraordinária realizada aos cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e um.

Aos cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e um, nesta Vila de Manteigas e Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Manteigas, sendo catorze horas e trinta e na sequência da convocatória efectuada nos termos da Lei, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Manteigas, tendo como ponto único, na ordem de Trabalhos, a **“Apresentação de Relatório sobre o Plano de Urbanização”**.

Nesta conformidade, foi aberta a reunião pelo Senhor Presidente, José Manuel Custódia Biscaia, registando-se a presença dos Senhores Vereadores António Manuel Martins Baptista, António José Ascensão Fraga, José Quaresma Pinheiro e Irene Paixão dos Santos Leitão.

Estavam presentes os Senhores Engenheiros Carlos Alberto das Neves Gonçalves, Coordenador da Equipa do PU e o Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal, Carlos Ramos.

Achada conforme, foi a acta da reunião ordinária anterior aprovada e assinada, tendo sido dispensada a sua leitura por o seu texto ter sido previamente distribuído.

O Senhor Presidente informou que têm havido reuniões no Parque Natural da Serra da Estrela com a Equipa que está a elaborar o Plano de Ordenamento e quem tem estado a representar a Câmara nesta fase exploratória é o Senhor Eng. Carlos Ramos, que efectivamente foi confrontado com o pedido, não pelo Consórcio mas pelo ICN, no sentido de se remeter um conjunto de elementos, designadamente a definição dos limites urbanos, a fim de ser emitido parecer.

O Senhor Eng. Carlos Ramos informou que nos contactos estabelecidos e tendo sido enviados elementos ao Consórcio, pelo Eng. Carlos Gonçalves, para emissão de um parecer, tomou conhecimento que não são eles que irão emitir parecer, mas sim o ICN, devendo-se enviar um processo completo do PU a esta Instituição.

O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Eng. Carlos Gonçalves em que fase em que está o Plano de Urbanização, a data possível para a sua apresentação e pediu que fizesse o ponto da situação.

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves começou por dizer que numa das últimas reuniões que teve com a Equipa que está a elaborar a alteração ao Plano de Ordenamento do Parque, ficou acordado o envio da proposta, para que fosse burilada e posteriormente enviada ao ICN. Depois foi informado pelo Senhor Eng. Carlos Ramos que teria que ser enviada a proposta de ordenamento ao ICN para emissão de parecer.

Neste momento a Equipa do Plano está a digitalizar a planta de zonamento para ser enviada à Câmara Municipal, para ser entregue formalmente ao ICN e que até ao final da semana será entregue.

Perguntou se o Parque entregou à Câmara os estudos de caracterização, pois encontra-se um planta de zonamento actual e que é importante para o desenvolvimento do trabalho do PU.

Depois da última reunião da Assembleia Municipal foi desenvolvido o trabalho que já foi exposto e entregue. Solicitou ao Executivo que se pronunciasse sobre se as propostas que estão descritas, são boas ou más, ou se há propostas novas da Câmara, que possam ajudar para as fases seguintes, que serão o plano de execução e o plano de financiamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Alertou para as grandes dificuldades que se irão deparar na aprovação do PU por parte do ICN uma vez que as áreas de ordenamento que estão contempladas são extremamente grandes e como tal terá que existir um argumento não só técnico como político.

O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Eng. Carlos Gonçalves se na proposta tinha considerado a Rede Natura 2000, pois na planta de zonamento terá que se ter em conta a sua incidência no Concelho de Manteigas.

A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, solicitou ao Senhor Eng. Carlos Gonçalves, que a informasse concretamente sobre a fase de elaboração em que se encontra o plano, pois foram apenas enviados, alguns elementos formais do mesmo, faltando o essencial, nomeadamente o mais importante a planta de zonamento. Quis saber o prazo previsível da entrega das restantes peças que compõem o PU, pelo que solicitou ao Senhor Eng. que assim que as mesmas estejam concluídas, o favor de lhas enviar, para posterior análise, possibilitando uma visão de concreto.

Salientou que de momento a sua atenção se centrava na fase de elaboração, pois que o tempo urgia, tendo o P.N.S.E., solicitado já alguns elementos, necessários à elaboração do Plano daquele Parque, e adequação do mesmo ao PU de Manteigas, e tanto quanto lhe tinha sido informada as mesmas não tinham sido enviados, e que sendo o Plano um instrumento vital para o desenvolvimento do Concelho, não se compadecia com tais delongas. Perguntou ao Senhor Eng. Carlos Gonçalves qual é a equipa técnica, que tem o encargo de elaborar o Plano, se a mesma foi constituída de acordo com o preceituado legal. Pediu ainda que juntamente, com o conteúdo processual e material do PU lhe fossem comunicados os nomes dos técnicos que formam a equipa, já que a Câmara Municipal de Manteigas tem de saber quem responsabilizar se eventualmente houver qualquer problema na elaboração do mesmo.

Perguntou ainda se quanto à plasmação do conteúdo do Plano, foram tidas em contas as questões colocadas, por alguns representantes dos grupos económicos do Concelho de Manteigas, manifestadas na reunião tida na Câmara Municipal de Manteigas, com os responsáveis da elaboração do Parque e ele próprio.

Referiu ainda, que não era sua intenção nesta primeira abordagem da elaboração do Plano, tecer comentários ao conteúdo material do mesmo, mas que dado que essa questão tinha sido colocada por alguns Vereadores, pediu ao Senhor Eng. Carlos Gonçalves, que fizesse incluir no Plano, uma proposta que tinha apresentado para o Plano de Actividades de 1999, e que teve acolhimento, sendo esse acolhimento entre outros condição para que tivesse votado favoravelmente tal Plano e que foi a previsão de aquisição a qualquer título do Quintal sito em frente da Igreja, denominado o "Quintal do Mattos Preto", para instalação de futuro equipamento colectivo. Pediu mais que o referido "Quintal" constasse como uma unidade de execução com financiamento previsto e planeado.

Foi pelo Senhor Eng. Carlos Gonçalves levantada a questão da necessidade do Regulamento do Centro Histórico, referindo que é imprescindível para a execução do PU.

O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga, referiu que o projecto de regulamentação, de tal Centro já tinha, subido apreciação do Executivo, e que o mesmo não tinha sido apreciado, já que nessa reunião se encontravam apenas três Vereadores e ausência da Técnica.

A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão respondeu que esse, na sua perspectiva não foi o motivo essencial, e sim o facto daquele projecto de Regulamento ser muito redutor, invertendo a função para a qual seria criado - restauro e salvaguarda



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

do Centro Histórico - conduzindo a que as restrições dele constantes levariam a que os titulares de direito reais se os imóveis sítos naquela zona, não teriam condições para proceder a obras de restauro e qualificação. Na sua perspectiva o Regulamento para aquela zona específica tem de ser o mais flexível possível se a quem querem revitalizar e reconstruir, caso contrário haverá uma degradação gradual, do mesmo e acabará por desaparecer.

O Senhor Presidente solicitou a presença da Senhora Arquitecta Teresa Dantas e sugeriu-lhe que elaborasse um Regulamento para o Centro Histórico mais maleável que permitisse adequações práticas à realidade. O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga sugeriu que se discutisse o já apresentado, ao que a Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão respondeu que aquele projecto não era passível de discussão, face às razões já por si avocadas, que era demasiado extenso, com cerca de 90 artigos, que reduzi-se o articulado a 30, e que acolhesse a sugestão do Senhor Presidente.

A Senhora Arquitecta referiu, que iria apresentar a classificação dos imóveis sítos naquela zona por "agrupamentos", de acordo com maior ou menor grau de intervenções neles possível.

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves disse que iria enviar, além do que já foi entregue, a parte de diagnóstico, as plantas da RAN e REN, a planta da situação actual, a planta de enquadramento e a 1º proposta de zonamento, bem como a composição da actual Equipa.

O Senhor Presidente perguntou que acções é que irão ser levadas a cabo, independentemente do Plano de Ordenamento do Parque, ou se está tudo dependente do Plano de Ordenamento do P.N.S.E.

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves respondeu que está tudo dependente do Plano do Parque, a que o PU terá que se adaptar, embora se verifique que em Manteigas têm que existir zonas de expansão urbana, pelo que foi pensado o alargamento até à zonas de protecção paisagística.

No que diz respeito à estratégia, os equipamentos que existem, como E.N. 232 que é uma realidade e com a possibilidade dos Túneis, é necessário que Manteigas tenha áreas de expansão. Adicionando o Parque de Campismo, a Pista de Ski, o Concelho de Manteigas terá que se virar para o Turismo, embora o PDM defina que uma das riquezas do Concelho é a silvicultura. A criação de zonas para a instalação de unidades hoteleiras e industriais, são vectores fortes para o desenvolvimento do Concelho.

O Senhor Vereador António Manuel Martins Baptista, usou da palavra para manifestar a sua discordância relativamente à maneira como se está a desenrolar este processo e são três aspectos que apresenta. A relação entre o poder político e a Equipa deveria ser aberta para haver um entendimento com a Equipa do PU, em dialogo aberto e fluído para que este instrumento seja o mais pormenorizado possível e o mais rico possível. Devem simplificar-se os processos, em termos de entendimento e o relacionamento inter-equipas, pois são as equipas técnicas que vão burilando determinadas questões que depois vertem para o poder político para serem tomadas decisões. Questionou que directrizes recebeu a Equipa do Plano em termos políticos e quais as linhas mestras do desenvolvimento estratégico para o Concelho de Manteigas. Se alguns pontos são consensuais, outros poderão não ser e carecem de uma reflexão profunda. Quando se contrata uma equipa devem dar-se orientações acerca do que se pretende e a equipa é que depois deve apresentar o trabalho, salvaguardando questões que não poderão ser introduzidas. Dá a sensação que a Equipa recolheu elementos soltos que lhe foram chegando pelos agentes que têm relevância no Concelho de Manteigas, mas este Plano



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

é muito mais profundo, questionando em que alicerces, em que pressupostos e em que bases é que vai ser orientado.

A elaboração estratégica de desenvolvimento e o respectivo regulamento, consequência das linhas mestras do Plano, deverá ter uma forte componente política e forte componente técnica. Há da parte técnica apenas estudos de caracterização.

É necessário também fazer-se, urgentemente, uma calendarização para depois se saber quando é que está pronto e quando é que pode ir à discussão pública.

O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga, usou da palavra para manifestar a sua preocupação, que já foi manifestada nas intervenções anteriores, sobre a data de apresentação final do PU, uma vez que o Concelho é vítima de estrangulamento. Só com os outros elementos que faltam é que se poderá introduzir outras ideias.

Corroborou a preocupação apontada pelo Senhor Eng. Carlos Gonçalves, relativamente às áreas a urbanizar que são extensas e por isso tem de haver uma forte defesa para que sejam aprovadas.

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves informou o Executivo que uma das grandes questões que estrangula a construção em Manteigas é aquilo que se chama "zona branca" definida no artigo 26º do P.D.M.. O que se tentou fazer foi que as zonas que eram "brancas" e que iam até ao limite das zonas de protecção paisagística, fossem transformadas em espaços urbanos, sendo esta a ideia que se vai tentar defender. Também existem zonas de construção que para a Equipa do Plano são importantes, aquelas que se situam a norte do Concelho, com uma exposição solar muito grande, (zona da Boavista) só que obrigam a um tratamento de abertura de rede viária, bem como outra zona, embora com menos exposição solar na zona da Cerca.

O Senhor Presidente usou da palavra para dizer que uma vez que se teorizou, também iria agora teorizar, tendo legitimidade para o fazer. Assim existem documentos neste momento com algum carácter de reserva, mas que circulam livremente, dos quais a Equipa tem de tomar conhecimento. São do Observatório do Emprego e Formação Profissional e dizem respeito a Manteigas e não só, que fazem o diagnóstico da situação em que as grandes preocupações são aquelas que foram aqui referidas em síntese. Um Plano segue sempre a mesma metodologia: um diagnóstico em que se revelem os pontos fortes e fracos, de toda a área, isto não falando do P.U, mas de planeamento em geral, sendo o diagnóstico o apuramento do abandono demográfico, a desertificação, a mono-indústria, as debilidades das acessibilidades, encontrando-se um conjunto de situações, que serão os pontos fracos e fortes de todo o processo. Os pontos fortes são aqueles que se afiguram como mais valias, o aproveitamento hidroeléctrico, aproveitamento de energias renováveis, o turismo de ambiente, a floresta, a apetência para o turismo, a E.N. 232, o arranjo da E.N. 338, a possível passagem dos Túneis, etc.. À Equipa do Plano foi transmitido o objectivo, que é o desenvolvimento sustentado do Concelho de Manteigas. As prioridades e estratégias têm de ser dadas pela Equipa do Plano, não tendo de interferir politicamente nesta matéria, porque dos políticos têm-se recebido as melhores mensagens sobre o Interior altamente desfavorecido e penalizado, nada ou pouco tem sido feito para alterar o "status quo".

O que se pretende da Equipa ao elaborar o PU, é que transmita ao Executivo a melhor maneira de gerir os espaços que vão ser propostos depois de se conhecer a sua tese de ordenamento para o Concelho de Manteigas, não devendo ser o poder político a definir estes espaços, mas sim administrar correctamente o que em Plano vier a ser definido.

Este Plano foi sustentado e lançado por duas ordens de razões: malha urbana muito apertada relativamente às necessidades e por outro lado dar alguma configuração qualificada à malha que está instalada, designadamente no Centro Histórico.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves fez um resumo do que se passou com o Plano, dizendo que o PU, começou por se chamar um Plano Parcial de Urbanização, isto por uma razão, resolver uma situação que se encontrava menos legal.

Depois de uma primeira reunião com a Comissão de Acompanhamento, verificou-se que não existiam previstos na Lei Planos Parciais de Urbanização, mas sim Planos de Urbanização que de alguma forma iriam alterar os P.D.Ms. Pensando-se melhor e uma vez que se iria fazer o P.U., seria de se proceder aos estudos para todo o Concelho.

Depois da reunião alargada com alguns os intervenientes sociais, optou-se por se contemplar no P.U. as zonas de expansão sendo obrigatório a criação de uma zona industrial.

Em relação ao prazo para apresentação final a data que a Equipa estabeleceu, foi a de 30 de Junho de 2001, sempre de acordo com o aquilo que for feito com o P.N.S.E./Plano de Ordenamento.

Haverá entretanto uma reunião a marcar com a Comissão de Acompanhamento e se estiver um representante do Parque, haverá questões que poderão ser ultrapassadas de imediato.

As Entidades que irão ser ouvidas para parecer são: a C.C.R.C., o P.N.S.E., a R.A.N. e o ICERR.

O Senhor Vereador António José Ascensão Fraga, questionou à cerca da criação e localização de um parque de estacionamento que considera indispensável, independentemente do que irá ser instalado nos terrenos dos CTT, nomeadamente à entrada da Vila se possível com duzentos lugares para veículos ligeiros e autocarros.

O Senhor Eng. Carlos Gonçalves respondeu que estava a preconizar o estacionamento na zona norte da VICEM, e de acordo com o estudo elaborado pelo GAT.

O Senhor Presidente fez o ponto da situação da reunião, fixando desde já que até ao final da próxima semana serão recebidos na Câmara os elementos a serem enviados ao ICN e a marcação de uma reunião para fins de Março ou início de Abril com a Comissão de Acompanhamento. O envio por parte da Equipa ao Executivo de todos os elementos que estão elaborados foi outra das conclusões.

E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes, e por mim, Chefe de Divisão,
que a redigi.

Esta acta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.
